SUBJETIVIDADES
e-ISSN: 2359-0777
Universidade de Fortaleza
Estudos Teóricos

https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i2.e14942

Espelhos e processos identificatórios: Uma análise da matriz identificatória brasileira a partir do conto *O espelho* de Machado de Assis

Mirrors and identification processes: An analysis of the brazilian identification matrix based on the short story "The Mirror" by Machado de Assis

Espejos y procesos de identificación: Un análisis de la matriz de identificación brasileña a partir del cuento "El Espejo", de Machado de Assis

Miroirs et processus d'identification : Une analyse de la matrice d'identification brésilienne à partir de la nouvelle "Le Miroir", de Machado de Assis

Priscilla Melo Ribeiro de Lima*
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-2426-0715

Sostenes Cezar de Lima
Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-1814-3996

Como citar
Lima, P. M. R., & Lima, S. C. (2026). Espelhos e processos identificatórios: Uma análise da matriz identificatória brasileira a partir do conto O espelho de Machado de Assis. *Revista Subjetividades*, *26*(2), 1-15. https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i2.e14942

Histórico de publicação
Submetido em: 28/01/2024 **Aceito em:** 05/11/2025 **Publicado em:** 22/05/2026

Resumo

Este artigo investiga os processos identificatórios e como o discurso social os atravessa. Utilizando conceitos psicanalíticos, como narcisismo, identificação, ideal do Eu e contrato narcísico, teorizamos como as identificações são construídas. A partir disso, e com o objetivo de investigar como os processos identificatórios estão enraizados socialmente, analisamos o conto machadiano *O espelho*. Esse conto oferece elementos que nos auxiliaram na análise do discurso social que dá sustentação a uma matriz identificatória brasileira. A análise do conto seguiu a proposta de Ricœur acerca da composição de narrativas e se dividiu em momentos analíticos que se sobrepõem – *mimesis* I (análise do contexto sócio-histórico-literário de composição da obra); *mimesis* II (análise do enredo, personagens e composição da obra); e *mimesis* III (análise do contexto fora do texto e de como as *mimesis* anteriores auxiliam na compreensão do contexto social contemporâneo). A trajetória de Joãozinho parece representar a trajetória identificatória de diversos sujeitos de uma sociedade que se encontra alienada de sua própria história e mantém grupos sociais marginalizados e silenciados. O estudo do conto nos possibilitou analisar as instâncias ideais, enraizadas culturalmente e que sustentam a construção da trajetória identificatória do sujeito.

Palavras-chave: identificação, espelho, narcisismo, psicanálise, eu-ideal e ideal do eu.

***Autora correspondente**
E-mail: primlima@ufg.br

CC BY NC

Abstract

This article investigates identificatory processes and how social discourse influences them. Using psychoanalytic concepts such as narcissism, identification, ego ideal, and narcissistic contract, we theorize how identifications are constructed. Based on this, and with the aim of investigating how identificatory processes are socially rooted, we analyze Machado de Assis's short story, "The Mirror." This story offers elements that helped us analyze the social discourse that underpins a Brazilian identificatory matrix. The analysis of the story followed Ricœur's proposal regarding the composition of narratives and was divided into overlapping analytical moments – mimesis I (analysis of the socio-historical-literary context of the work's composition); mimesis II (analysis of the plot, characters, and composition of the work); and mimesis III (analysis of the context outside the text and how the previous mimesis helps in understanding the contemporary social context). Joãozinho's journey seems to represent the identity-building journey of various individuals in a society that is alienated from its own history and keeps social groups marginalized and silenced. The study of the story allowed us to analyze the ideal instances, culturally rooted, that underpin the construction of the subject's identity-building journey.

Keywords: *identification, mirror, narcissism, psychoanalysis, ideal ego and ideal of ego.*

Resumen

Este artículo investiga los procesos de identificación y cómo el discurso social los influye. Utilizando conceptos psicoanalíticos como narcisismo, identificación, ideal del yo y contrato narcisista, teorizamos sobre cómo se construyen las identificaciones. Con base en esto, y con el objetivo de investigar cómo los procesos de identificación tienen raíces sociales, analizamos el cuento de Machado de Assis, "El espejo". Este cuento ofrece elementos que nos ayudaron a analizar el discurso social que sustenta una matriz de identificación brasileña. El análisis del cuento siguió la propuesta de Ricœur sobre la composición de las narrativas y se dividió en momentos analíticos superpuestos: mímesis I (análisis del contexto sociohistórico-literario de la composición de la obra); mímesis II (análisis de la trama, los personajes y la composición de la obra); y mímesis III (análisis del contexto externo al texto y cómo la mímesis anterior ayuda a comprender el contexto social contemporáneo). El viaje de Joãozinho parece representar el proceso de construcción de la identidad de diversos individuos en una sociedad alienada de su propia historia, que mantiene a grupos sociales marginados y silenciados. El estudio del cuento nos permitió analizar las instancias ideales, arraigadas culturalmente, que sustentan la construcción de la trayectoria identitaria del sujeto.

Palabras clave: *identificación, espejo, narcisismo, psicoanálisis, ideal del yo y ideal del yo.*

Résumé

Cet article examine les processus d'identification et l'influence du discours social sur ces processus. À partir de concepts psychanalytiques tels que le narcissisme, l'identification, l'idéal du moi et le contrat narcissique, nous théorisons la construction des identifications. Sur cette base, et afin d'étudier l'enracinement social des processus d'identification, nous analysons la nouvelle de Machado de Assis, « Le Miroir ». Cette nouvelle offre des éléments permettant d'analyser le discours social qui sous-tend une matrice d'identification brésilienne. L'analyse de la nouvelle suit la proposition de Ricœur concernant la composition des récits et se divise en plusieurs phases analytiques imbriquées : la mimésis I (analyse du contexte socio-historique et littéraire de la composition de l'œuvre) ; la mimésis II (analyse de l'intrigue, des personnages et de la composition de l'œuvre) ; et la mimésis III (analyse du contexte extérieur au texte et de la manière dont la mimésis précédente contribue à la compréhension du contexte social contemporain). Le parcours de Joãozinho semble représenter la construction identitaire de divers individus au sein d'une société coupée de son histoire et qui marginalise et réduit au silence certains groupes sociaux. L'étude de la nouvelle nous a permis d'analyser les instances idéaux, culturellement ancrés, qui sous-tendent la construction de la trajectoire identitaire du sujet.

Mots-clés : *identification, miroir, narcissisme, psychanalyse, moi-idéal et idéal du moi.*

Introdução

As identificações que embasam a imagem que o sujeito constrói de si carregam as imagens construídas ao longo da vida. O Eu se constrói a partir do que os espelhos refletem e do que o outro lhe confirma. Esses elementos são o fundamento da alteridade. É no olhar do outro que o sujeito busca o reflexo de quem é. Esse retorno imagético e (re)afirmação de si, entretanto, são construídos a partir de discursos que compõem o contexto sócio-histórico do sujeito. Existem discursos que,

por serem hegemônicos, estabelecem certas verdades e ideais identificatórios que servem de modelo para as construções narrativas de si. É importante destacar que esses ideais se estabeleceram historicamente e se perpetuam cotidianamente, indicando os sujeitos que são narcisicamente investidos e aqueles que são lançados à margem.

Neste artigo, buscamos investigar a constituição da matriz identificatória brasileira, que está na base dos processos identificatórios que constroem as instâncias ideais e o narcisismo. Tendo por base alguns textos de Freud, Aulagnier e Gaulejac, analisamos o conto *O espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana*, de Machado de Assis. Após uma teorização acerca dos processos identificatórios, nosso percurso teórico e analítico seguiu os três momentos da composição narrativa postulados por Paul Ricœur (1983/2010): *Mimesis* I – pré-configuração (contexto de composição da narrativa); *Mimesis* II – configuração narrativa, ou seja, composição do enredo, dos personagens e da trama; e *Mimesis* III – intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Partindo da teoria da narrativa de Ricœur, construímos um percurso metodológico de análise em três momentos. No primeiro momento, *Mimesis* I, analisamos o contexto sócio-histórico-cultural do Brasil a partir do qual Machado de Assis escreveu sua obra. Ricœur ressalta que toda e qualquer narrativa está enraizada em um contexto mais amplo do que o mostrado no enredo. e, a partir desse contexto, anterior à escrita, que a narrativa emerge. Um discurso não se fecha em si mesmo. Para compreendê-lo, é necessário retornar ao seu contexto prévio, ou pré-configurante, afirma Ricœur (1983/2010). No segundo momento, *Mimesis* II, analisamos o conto propriamente dito, buscando os elementos que nos ajudam a compreender o discurso hegemônico que sustenta a transformação identitária do protagonista, Joãozinho. Nessa etapa analítica, selecionamos e analisamos trechos que apresentaram elementos da estrutura e do funcionamento da sociedade brasileira, assim como trechos que mostraram aspectos constituintes do percurso identificatório de Joãozinho – que se tornou alferes e, em seguida, o capitalista Jacobina.

No terceiro momento, *Mimesis* III, retornamos ao contexto externo do texto analisado para tentar compreender a atualidade da crítica machadiana e como a matriz identificatória brasileira se atualiza. A *Mimesis* III, entretanto, não se encontra em um tópico separado da *Mimesis* II. À medida que analisamos o conto, inserimos as possibilidades analíticas de nosso contexto atual, além de trazer elementos teóricos para a análise dos trechos da obra. Não se tratou, aqui, entretanto, de tomar a escrita literária como uma escrita histórica da realidade social brasileira, mas de tentar escutar o que os personagens e o autor evocam acerca da realidade social e seus ideais identificatórios. Entendemos que toda obra literária é uma obra cultural que testemunha os processos psicossociais decorrentes das lutas de poder e das lutas pela sobrevivência.

Processos Identificatórios e Discurso Social[1]: Formação das Instâncias Ideais

A imagem que o sujeito tem de si mesmo – e refletida nos múltiplos espelhos sociais – é construída na infância, sendo modificada ao longo da vida. Green (1988, p. 45), em estudo acerca do narcisismo, trabalha a ideia de que "a identidade não é um estado, é uma busca do Eu que só pode receber sua resposta reflexiva através do objeto e da realidade que a refletem". Então, apesar de a construção imagética ser elaborada durante os primeiros anos de vida da criança, os processos identificatórios se atualizam por meio dos reflexos do Eu em seus objetos e na realidade experimentada. Esses reflexos, entretanto, não condizem nem com o corpo concreto nem com a imagem que o sujeito criou de si mesmo. São sempre um reflexo, nunca a totalidade do sujeito.

Nesse processo contínuo e ininterrupto, o Eu se constitui como "uma projeção da superfície corporal [...] como correlato mental da forma corpórea", ressalta Costa (2005, p. 72). Esse processo, entretanto, não se dá de forma linear e imutável. Existe uma discrepância entre o corpo concreto, a imagem subjetiva construída de si e o olhar que os outros depositam sobre esse corpo. O sujeito tem acesso apenas aos fragmentos e à ilusão de totalidade apreendida a partir do que lhe reflete, até porque o sujeito é muito mais que seu reflexo espelhado. Esse espelho compreende o olhar de si e o olhar outro, que se manifesta numa teia/tela discursiva, cujo reflexo prende o sujeito na trama de identificação e de desejo.

O espelho também comporta a cisão do Eu. Ao olhar seu reflexo, isto é, sua imagem construída na teia/tela discursiva, o Eu é, ao mesmo tempo, um outro que se observa. Na literatura, essa cisão é frequentemente nomeada de *duplo* e já foi retratada por vários autores, como Rosa (1962/2005), Machado de Assis (1882/2007a), Borges (1975/2000) e Poe (1834/2017). Rivera (2003) ressalta como diante do espelho pode emergir a experiência do estranho familiar em que o Eu, entre o reconhecimento e o estranhamento de si, não é nem um nem outro, mas algo no entre. O problema é quando o sujeito cai na cilada do espelhamento e acredita que é a imagem refletida e distorcida do espelho.

Em sua conferência *O estádio do espelho*, Lacan (1949/1998) discorre sobre como o *infans*, ao se reconhecer na imagem projetada no espelho real, busca a confirmação do que vê no olhar materno. É uma busca pelo olhar de reconhecimento e de desejo. Por meio dos inúmeros recursos simbólicos disponibilizados pelo grupo social e pela cultura, o sujeito segue

[1] Seguimos, neste artigo, uma base teórica segundo a qual o discurso constitui uma prática social (Fairclough, 2001). Nesse sentido, todo discurso é, necessariamente, um discurso social. Sem negar esse postulado, usamos o termo "discurso social" ao lado do termo "discurso parental" para fazer referência à rede discursiva que, dando suporte à construção das identificações, está situada fora do ambiente familiar e/ou parental.

durante toda a sua trajetória na busca por se ver confirmado e desejado. Ao se constituir, o Eu incipiente do bebê se depara com o reflexo de seu corpo no espelho concreto. Lacan demonstra que, ao se deparar com essa imagem, antes mesmo de se reconhecer como um corpo uno, o bebê busca a confirmação no olhar materno. Após o estádio do espelho, o corpo é percebido como uno e é atravessado pelo olhar do Outro. Nesse sentido, Lacan (1949/1998, p. 97) afirma que a identificação pode ser compreendida como a "transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem". Ao buscar o olhar materno, o *infans* busca também o que o Outro lhe reflete e lhe fala. Esse Outro encarna a cultura, o simbólico, a linguagem, isto é, aglutina toda a rede de elementos da construção social.

Outra etapa decisiva que estabelece as bases dos processos identificatórios é a construção do narcisismo primário e secundário. O sujeito e sua subjetividade são investidos de emblemas imaginários e simbólicos. Os emblemas simbólicos envolvem aspectos como o nome próprio, a identificação sexual e a estrutura de parentesco aos quais o sujeito precisa responder. Já os emblemas imaginários são aqueles ligados à idealização feita pelo discurso parental, por meio da qual os adultos resgatam parte importante de seu próprio narcisismo (Kupermann, 2003). É esse investimento do narcisismo parental no bebê que faz emergir o que Freud nomeia de Eu-ideal. Essa instância comporta a imagem unificada de si como "uma forma de ordenação do corpo pulsional originalmente fragmentado e, também, futuramente, como uma defesa à angústia de desamparo que, potencialmente, pode sempre se abater sobre o sujeito" (Kupermann, p. 110).

Em *Introdução ao narcisismo*, Freud (1914/2010) ressalta que, após a queda do Eu-ideal, a criança incorpora os ideais parentais, culturais e da escola, desenvolvendo uma outra instância, o ideal do Eu. O Eu-ideal é composto pela projeção que os pais fazem do próprio narcisismo. O bebê encarna a possibilidade de realização do narcisismo perdido dos pais. Nesse sentido, Freud ressalta como o bebê, em seus primeiros anos, é geralmente marcado pelo desejo de onipotência, de beleza e de alto desempenho dos pais. Essa marca é o que vai constituir o Eu-ideal que carrega essa promessa de realizar o que foi frustrado na história dos pais. Aulagnier (1979) destaca como o Eu se constitui a partir do desejo do pai e da mãe e da projeção do narcisismo deles. A autora, entretanto, vai além: "o narcisismo projetado na criança, muito mais que o da mãe, será apoiado em valores culturais" (p. 145). Esses valores, somados aos ideais e projetos parentais e aos ideais de classe e discursos sociais, serão base para a formação do ideal do Eu.

A partir disso, entendemos que, em crianças e famílias marginalizadas que carregam a marca da diferença em relação ao padrão identificatório, a constituição do Eu e das instâncias ideais – Eu-ideal e ideal do Eu – se dará com uma dinâmica particular. Kilomba (2019), em pesquisa sobre o racismo cotidiano, destaca como o psiquismo construído numa sociedade com ideais identificatórios pautados na branquitude é marcado de forma indelével. Os ideais culturais e o sofrimento de racismo vivenciado pelos pais marcam o olhar para o bebê e a constituição do seu Eu-ideal. É frequente, segundo Kilomba (2019) e Souza (1983/2021), que esse Eu-ideal seja, desde o início, marcado pelo racismo e pelo desinvestimento. Além disso, há o peso da promessa de que esse bebê, quando crescer, romperá com as amarras da discriminação racial sofrida pelos pais e avós. Nesse sentido, é fundamental, para a compreensão das instâncias ideais, que aprofundemos a investigação de como o Eu-ideal e o ideal do Eu se formam em contextos socioculturais fundados na branquitude e nos ideais de classe.

Os estudos psicanalíticos de Aulagnier (1979), Gaulejac (2001, 2014), Nogueira (2021), Souza (1983/2021) e Violante (2000) debatem a perversidade da exclusão social e o modo como o discurso social hegemônico molda os processos identificatórios. Partimos do pressuposto de que o discurso fornece os elementos "para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos sociais' e [para] os tipos de 'eu'" (Fairclough, 2001, p. 91). O discurso, portanto, ancora a construção da identificação do Eu tanto na dimensão pessoal (quem o Eu é) como na dimensão social (que posições o Eu ocupa nas relações). Noutras palavras, o processo de identificação se relaciona com a construção da subjetividade, e o processo de identificação social se relaciona com as circunstâncias sociais em que o Eu vive e com processos sociais nos quais assume determinadas posições de sujeito (Lima et al., 2016; Magalhães, 2006).

Partindo desses estudos e dos textos freudianos *Introdução ao narcisismo* (Freud, 1914/2010), *Psicologia das massas e análise do Eu* (Freud, 1921/2021b) e *Mal-estar na cultura* (Freud, 1930/2021a), compreendemos que os processos identificatórios não acontecem apenas no âmbito da identificação com aqueles que exercem as funções parentais. Os discursos sociais hegemônicos – em especial, os que apresentam ideais identificatórios relacionados a questões de raça, gênero e classe – atravessam a atmosfera e a constituição familiar, e é sobre eles que os grupos sociais se fundam. Em âmbito geral, esses discursos perpetuam ideais culturais que estabelecem modos de ser desejáveis e aceitáveis, tanto em termos estéticos quanto morais.

Iannini e Tavares (2021) destacam a presença da ideia, em Freud (1921/2021b), de que o Eu não é uma instância original que emerge naturalmente no e do psiquismo. O Eu se constitui ao tomar o outro "como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário" (Freud, 1921/2021b, p. 137). O Eu, para a psicanálise e na forma que o compreendemos aqui, é formado a partir desse outro e do Outro que é representante da cultura. A partir dessa perspectiva, a cultura é a instância que aglutina os diversos discursos que transmitem e perpetuam aquilo que é socialmente idealizado, valorizado e legitimado ou justificado. É fundamental, portanto, compreendermos como o discurso social – que se mostra, primeiramente, no discurso parental e se estende às instituições sociais – molda o Eu e o inconsciente dos sujeitos (Lima & Lima, 2020).

O desejo do pai e da mãe mobiliza elementos inconscientes que moldam a forma como o Eu da criança se constitui. Aulagnier (1979) destaca que o discurso materno para e sobre o bebê é construído a partir da *sombra falada*. Almeida et al. (2020), em estudo acerca da constituição psíquica do bebê, ressaltam que esse conceito se refere ao desejo materno e às "suas fantasias acerca do corpo do bebê em um sentido de encantamento em relação à criação da imagem de uma criança maravilhosa. A sombra falada seria o próprio narcisismo dos pais que faz sombra sobre a constituição psíquica do bebê" (p. 7). Nesse sentido, a sombra falada se projeta sobre o corpo do bebê e requer desse corpo "a confirmação da identidade da sombra" (Aulagnier, 1979, p. 110). Essa sombra é formada por uma diversidade de enunciados que "testemunham o desejo materno referente à criança; eles constituem uma imagem identificatória que antecipa o que será enunciado pela voz deste corpo", afirma Aulagnier (1979, p. 113). A sombra atravessa a constituição do Eu-ideal e, posteriormente, do ideal do Eu, e parece portar o narcisismo frustrado da figura materna de não ter sido o ideal de seus pais.

O Eu-ideal se forma, prioritariamente, a partir dessa projeção do narcisismo dos pais que foi frustrado. Assim, compreendemos que a organização psíquica e a edificação egóica têm como componentes marcantes "tanto os acontecimentos que atingiram o corpo da criança e os que foram efetivamente vividos pelos pais, durante a infância da pessoa, quanto os discursos e injunções que lhe foram impostos", como ressaltado por Violante (2000, p. 66). A sombra falada, portanto, envolverá elementos da trama psíquica inconsciente, que, por sua vez, é atravessada por elementos coletivos e sociais.

Em seu estudo sobre as neuroses de classe, Gaulejac (2014) ressalta que o destino de um indivíduo é construído a partir de uma rede de relações afetivas e sociais. As relações familiares não ocorrem num vácuo social; são detentoras de aspectos afetivos, ideológicos, culturais e socioeconômicos. Portanto, não podemos negar a história social que atravessa as relações familiares como elemento constituinte das trajetórias pessoais. A história social do sujeito não pode ser negada, pois ela carrega diversos discursos identificatórios provenientes do contexto familiar e sociocultural. O ideal do Eu aponta, assim, para identificações presentes e futuras, reforçando a matriz identificatória da família e da sociedade.

Temos, portanto, alguns elementos fundamentais para compreender os processos identificatórios do *infans*. O quadro de pertencimento no qual se forma o psiquismo do bebê vai além do registro familiar (discurso parental), incluindo um conjunto de referências sociais e culturais (discurso social), que fornece, em parte, a base tanto para a sombra falada, de Aulagnier (1979), quanto para o projeto parental, de Gaulejac (2014). É a partir desse conjunto de referências sociais que se forma o contexto no qual o processo de subjetivação e ação do sujeito será construído.

A sombra falada, como vimos, carregará elementos inconscientes e desejos frustrados, além de uma imagem idealizada de quem esse bebê é e de quem se tornará. Essa sombra tem um papel importante na edificação do Eu-ideal que tem o Eu como objeto de satisfação. É um momento de idealização do bebê e de tentativa de efetivação da sombra falada. Freud (1914/2010, pp. 36–37) afirma que, nesse momento do desenvolvimento libidinal, os

> pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos [...] As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida [...] tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será o centro e âmago da Criação. [...] Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais.

Freud nos mostra aqui alguns elementos da sombra falada e do projeto parental. Ao mesmo tempo em que a sombra do narcisismo parental recai sobre o Eu da criança, ela também se torna herdeira dos sonhos e desejos não realizados. É interessante observar a referência ao desejo de revogação das leis da natureza e de referências da sociedade que contradigam esse ideal de filho construído pelos pais. Solé (2005) e Almeida et al. (2020) ressaltam, por exemplo, como a sombra falada exerce uma forte influência no investimento libidinal dos pais em bebês que nascem surdos. A idealização da imagem do bebê se manifesta, destacam as autoras, na negação da surdez, na oralização da criança e na não inserção na Libras.

O discurso social oferece um quadro diverso e hierarquizado de referências identificatórias. Algumas dessas referências entram em contradição com o projeto parental, em função da posição social que a família e/ou os pais ocupam. É o desejo, por parte dos pais, de superar essa contradição que os conduz a um projeto parental que reivindique a revogação de leis da natureza ou de certas referências sociais. A análise das formações identitárias da criança surda nos mostra que os registros sociais e ideológicos constroem os processos identificatórios a partir das noções de normalidade e capacidade do corpo. Isso implica uma construção identificatória da pessoa ouvinte como um modo único de ser e existir, e a consequente exclusão identificatória da pessoa surda. Portanto, um processo identificatório fechado, baseado numa única referência social (a pessoa ouvinte), tende a levar os pais a negarem a surdez.

Algo similar ocorre em famílias negras e de baixa renda. Souza (1983/2021, p. 15) destaca como, em uma sociedade cujo ideal identificatório é o sujeito branco, o narcisismo de pessoas negras é construído de forma a receber uma marca do negativo: "Enquanto negro, ele não possui uma identidade positiva, a qual possa afirmar ou negar". A sombra falada carrega as marcas do racismo e da segregação e da busca por reverter, no filho, as leis da natureza e padrões da sociedade. Souza ressalta como o olhar materno carrega, muitas vezes, um olhar de frustração pelo filho não ter nascido menos preto, ou ter nascido com o cabelo crespo, ou pelo medo do filho sofrer as mesmas violências. A promessa de redenção ou de

superação vai estar presente na forma como essa sombra se manifesta. Souza (1983/2021, p. 116) afirma que "a possibilidade de construir uma identidade negra [...] exige como condição imprescindível a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinaram a ser uma caricatura do branco".

Nessa dinâmica, entre a sombra falada e o Eu real da criança, emerge o projeto parental que, para Gaulejac (2001), precisa ser analisado em sua gênese social. O Eu se constrói não somente no jogo "do desejo e do interdito do triângulo Mãe, Pai, Criança. Os lugares sociais que uns e outros ocupam na sociedade são, igualmente, suportes à sua constituição" (Gaulejac, 2001, pp. 109–110). Esses elementos são fundamentais para compreendermos a formulação do projeto parental no processo identificatório da criança. Sobre isso, Gaulejac ressalta que os pais têm projeto para seus filhos e desejam que eles se conformem à imagem ali projetada. Esse projeto "dá conta desses dois aspectos: de um lado, um fim a atingir; de outro, uma *projeção*, ou seja, o fato de atribuir ao outro o que está em si" (Gaulejac, 2001, p. 39). Dessa forma, esse projeto, ao mesmo tempo que expressa o desejo dos pais, promove um impulso que condicionará a trajetória do sujeito, consistindo num "modelo depositado em cada filho" (p. 40).

Gaulejac (2001, p. 40) afirma que as relações entre os pais e o filho são estruturas de um processo identificatório duplo, em que ocorre uma identificação dos pais com o filho imaginário e uma identificação do filho com seus pais. No primeiro processo, o filho imaginário é aquele que os pais carregam em si mesmos e que "apresentam como modelo ao qual é conveniente se aparentar". O segundo processo localiza o filho na trama geracional da história familiar que se perpetua, pois, em suas "relações com os filhos, os pais reatualizam o que eles viveram com seus próprios pais, que se tornam, então, 'avós'. No projeto parental, reencontra-se a relação do pai e da mãe com o desejo de seus próprios pais por eles".

O projeto parental evidencia encadeamentos de desejos, conscientes e inconscientes, que também se inserem num certo projeto social, com aspirações ligadas ao contexto social, favorável ou não ao desenvolvimento e ao reconhecimento da família (Gaulejac, 2001). O projeto parental é uma tentativa de realização do narcisismo dos pais, que carrega marcas da história familiar e dos ideais culturais. Gaulejac (2001, p. 40) ressalta que esse projeto corresponde a um conjunto sociopsicológico de vários níveis: (a) inconsciente, (b) afetivo, (c) ideológico e (d) sociológico. O nível inconsciente e arcaico remete ao cruzamento do narcisismo primário e da busca da onipotência e do resgate do Eu-ideal. O nível afetivo, por seu turno, conduz o sujeito no processo de se identificar e de se diferenciar, "imitando pessoas amadas e amando aquelas que correspondem ao modelo ideal internalizado". O nível ideológico seria aquele que conduz o sujeito a retomar e internalizar os valores e normas daqueles que são apresentados como modelos identificatórios e a rejeitar aqueles que são apresentados como antimodelos. Por fim, o nível sociológico se refere aos ideais coletivos que constroem os modelos de sucesso e reconhecimento social. Esse nível envolve um sistema de crenças, valores e ideias que "se traduzem religiosa, política e socialmente em práticas das quais o filho é levado a participar e a aderir" (p. 40). É importante destacar que tanto o nível ideológico como o sociológico são construídos e disseminados mediante eventos discursivos e demais ritos simbólicos (Fairclough, 2001; Thompson, 2011) que acontecem na esfera familiar e em outras instituições sociais. Esses eventos e ritos trazem à tona enunciados que reafirmam e reconfiguram discursivamente o sistema identificatório.

A abordagem psicanalítica e sociodiscursiva do processo identificatório permite indicar outras dimensões dos processos inconscientes que vão além dos elementos clássicos da psicanálise. Encontramos, nos registros extrafamiliares, o suporte para mapear as condições sociais de produção da identificação do sujeito (Gaulejac, 2014). Aulagnier (1979, p. 146) afirma que existe uma função metapsicológica mantida pelo registro sociocultural. A relação que se estabelece entre o casal parental e a criança carrega "o traço da relação do casal com o meio social que o cerca". Além disso, o registro sociocultural é composto pelos discursos sociais que projetam sobre a criança "a mesma antecipação que a antecipação própria ao discurso parental: bem antes do novo sujeito estar lá, o grupo pré-investirá o lugar que ele supostamente ocupará, na esperança de que ele transmita, de forma idêntica, o modelo sociocultural" (Aulagnier, 1979, p. 146). Temos, portanto, dois registros: (a) o da antecipação do discurso parental, que projeta sobre a criança a sombra falada e constrói um projeto que antecipa o que ela será; e (b) o da antecipação do discurso social, que reconhece ou não nessa criança as insígnias de pertencimento a determinado grupo social. Aulagnier destaca que esse sujeito, inserido nessa trama, tentará encontrar, no discurso, elementos de referências que lhe permitam se projetar em um futuro e que não causem rupturas no suporte identificatório presente no discurso parental. Sendo assim, "a realidade de opressão social sobre o casal, ou da posição dominante exercida pelo casal, desempenhará um papel na maneira pela qual a criança elaborará seus futuros enunciados identificatórios" (p. 147).

Em síntese, compreendemos que os processos identificatórios se constroem discursivamente nos enunciados que emergem da cena/discurso familiar e da cena/discurso extrafamiliar. Notamos, nesse ponto, uma possibilidade de diálogo teórico frutífero entre Psicanálise e estudos discursivos. Podemos afirmar que os processos identificatórios são construídos dentro das cenas familiar e extrafamiliar, a partir de duas bases: (a) a sombra falada, conforme teorizado por Aulagnier (1979), que enfatiza a imagem discursiva (conjunto de enunciados) que a mãe projeta sobre a criança; e (b) o projeto parental, conforme teorizado por Gaulejac (2001), que ressalta as projeções que se fazem sobre o ser da criança (projeções ontológicas, o que se espera que essa criança seja) e sobre sua trajetória biográfica (projeções sociais, o que se espera que essa criança realize). O projeto parental é fundado em modelos sociais de prestígio, construídos e disseminados por discursos

que atualizam as ideologias (sistema de conhecimento, de crença, de valor) que constroem os modos de identificação de uma determinada sociedade (Fairclough, 2001). Diante disso, é necessário compreender como esses modos de identificação são construídos socialmente e historicamente. Para tanto, buscamos, em Machado de Assis e em críticos sociais e literários, elementos para essa investigação.

Processos Identificatórios E A Matriz Social Brasileira

Machado de Assis e a crítica social

A leitura de Machado de Assis é sempre multifacetada. Entretanto, parece unânime entre críticos literários como Bosi (2006, 2020), Passos (2007), Chalhoub (2003), Gledson (1991, 2003, 2007), Schwarz (2012a, 2012b) e Candido (2017) que os textos machadianos não são apenas peças literárias, com funcionamento discursivo voltado exclusivamente para o campo da literatura. Apesar de esses críticos nem sempre concordarem entre si acerca das nuances da obra machadiana, a ideia de que Machado utilizava sua escrita para fazer análise e crítica social nos parece ser um consenso. Portanto, nossa leitura e análise do conto *O espelho* partirá da premissa de que, além de traçar o esboço de uma teoria da alma humana, Machado também nos oferece pistas acerca da matriz identificatória do nosso país e da forma como os sujeitos vão se construindo. Bosi (2020, p. 13) destaca como a psicologia dos personagens machadianos reflete "a psicologia de classes sociais inteiras, ou pelo menos de certas camadas sociais". Nesse sentido, "podemos verificar que os processos que se desenvolvem na alma das diferentes personagens são o reflexo consequente do movimento histórico a que pertencem".

A crise civilizatória brasileira faz parte da nossa formação. Um olhar sobre o passado mostra que nossa sociedade foi fundada sobre a escravização e isso, por si só, já se configura em uma situação bárbara e anticivilizatória. Nesse quadro, um elemento nos chama a atenção – a identificação de parte das classes subjugadas com o opressor. Observamos, por exemplo, como, durante o período de escravidão, o sistema escravocrata instituiu um papel de vigilância, em que os homens responsáveis por vigiar, buscar e punir os trabalhadores escravizados que tentavam se libertar eram pessoas negras não escravizadas. Os conhecidos e temidos capitães-do-mato eram negros que oprimiam negros, em nome de brancos que se achavam senhores. Algo parecido acontecia na província durante o período imperial. A Guarda Nacional se constituiu como uma organização paramilitar, cujos membros eram cooptados a partir dos homens livres provenientes de todas as classes sociais. Almeida (2001, p. 79), em estudo acerca da Guarda Nacional, afirma que a "cooptação foi certamente um dos principais objetivos da organização da Guarda Nacional. Uma das maneiras de incentivar os homens livres para ingresso na milícia era acenar com a possibilidade de ascensão social para os homens de segmentos de baixa renda". Além disso, pertencer a essa corporação também acenava para a possibilidade de ganhar certo *status* social. Era uma forma de fazer com que sujeitos socialmente oprimidos se colocassem, voluntariamente, a serviço do opressor.

Em nota de rodapé sobre o *O espelho*, Gledson (2007, p. 156) afirma que a Guarda Nacional era uma espécie de milícia estabelecida pela oligarquia escravocrata para se opor à influência do exército. Além disso, era uma forma de a elite aristocrática promover seus valores maquiados de ascensão social. Vendia-se a ideia de que a entrada na corporação garantia ao sujeito reconhecimento social. É nesse contexto que o conto *O espelho* narra a trajetória de Joãozinho, identificado como o capitalista Jacobina.

A família e os amigos de Joãozinho ficaram tão felizes com a sua nomeação que lhe pagaram o uniforme. Isso lhe gerou reconhecimento, mas também despertou inveja, afirma o narrador do conto. Almeida (2001) ressalta que a aparência pessoal era uma constante preocupação dos integrantes da Guarda Nacional; o uso do uniforme servia, assim, para uma diferenciação do guarda nacional em relação aos outros cidadãos. Mesmo se ele fosse pobre, negro ou indígena, ser da Guarda Nacional lhe proporcionava um lugar social que nunca conseguiria ocupar sem a farda. As insígnias da Guarda pareciam garantir ao sujeito despojado de reconhecimento e investimento social um olhar de respeito ou, pelo menos, um olhar.

Antes de ingressar na Guarda, Joãozinho era mais "um qualquer" que perambulava pela cidade sem ocupação e sem lugar social definido. Não temos elementos sobre a infância ou as relações afetivas do personagem, mas não ocupar, de fato, uma classe social dentro do espectro da aristocracia brasileira já nos traz elementos para refletirmos sobre os registros socioculturais. A sociedade brasileira de então era, segundo a interpretação sociológica de Faoro (2001), estruturada a partir de três grandes grupos, que podem ser pensados como a base sobre a qual a sociedade brasileira se formou: (a) classe dos trabalhadores: abarcava tanto os escravizados quanto os trabalhadores livres e explorados (o artista, o pequeno comerciante, o lavrador assalariado, o operário etc.). É nesse grupo que está situado aquele trabalhador "pobre, sem nenhuma habilitação profissional [...] [que] não aguentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que [...] [Machado de Assis] chamava de caiporismo" (Faoro, 2001, p. 349); (b) classe média: abarcava os dependentes (branco ou negro livre, mas sem renda fixa e dependente da elite, e os profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes que dependiam dos favores da elite), e os agregados que moravam ou participavam cotidianamente da casa de membros da elite e deles dependiam, como José Dias, em *Dom Casmurro* (Assis, 1899/2016f). Inclui, ainda, aqueles que buscavam na elite a garantia de subsistência

ou a possibilidade de um bom casamento, como Guiomar, em *A mão e a luva* (Assis, 1874/2016b); e (c) classe alta ou elite: os proprietários de terra e os capitalistas.

Os integrantes do grupo dos dependentes, por não terem fonte fixa de renda, precisavam construir sua identidade social e seu lugar a partir das relações que estabeleciam com membros da elite. O dependente era um personagem frequente na sociedade da época (Gledson, 2003, 2007; Schwarz, 2012b). Não sendo membros da elite, os dependentes brancos não desejavam, sob hipótese alguma, ser comparados com os membros da classe dos trabalhadores escravizados ou explorados. Frequentavam os saraus e acompanhavam os filhos dos proprietários e estavam presentes no cotidiano das famílias ricas. Em uma sociedade em que o trabalho braçal estava associado ao trabalhador escravizado ou explorado, personagens como Joãozinho parecem não admitir a possibilidade de trabalho dessa natureza. Para eles, as únicas alternativas para escapar minimamente da pobreza e do trabalho braçal, bem como, eventualmente, ascender de classe, seriam encontrar algum favor e se tornar agregado ou entrar para a Guarda Nacional. Essa última alternativa garantia, após um investimento inicial na compra da patente e do enxoval, uma possibilidade de renda sem qualquer identificação com o mundo do trabalho e um lugar social fora da classe mais baixa.

Joãozinho parece encarnar um grupo, dentro da classe explorada e da classe média, que, com o desenvolvimento histórico do país, culminou na classe de pessoas que não são elite, nem econômica nem social, mas também não são trabalhadores assalariados que estão na base da pirâmide da organização do trabalho. Ocupam uma classe social que não quer ter vínculos com as classes baixas e tentam se identificar com as classes altas que vivem da renda gerada pelo trabalho dos outros. Apesar de oprimidos pelo funcionamento capitalista da sociedade, se identificam e buscam ser reconhecidos como iguais pela classe dominante. Seus processos identificatórios negam sua origem de classe – muitas vezes de classe baixa – e se baseiam na identificação com os ideais inalcançáveis da classe social dominante. O projeto identificatório está voltado para os membros da elite econômica, ou seja, deseja-se a incorporação de uma nova identificação e, logo, o afastamento da própria origem.

A trajetória de Joãozinho mostra esse processo de busca de uma nova imagem para si, descolada de sua origem social. Ele se afasta da família e dos amigos e vai para o sítio da tia. É um momento em que ele vê, diante de si, um contexto que melhor se adequa aos seus ideais identificatórios. É nesse momento que podemos perceber o início de sua transição identificatória, em que ele deixava de ser Joãozinho para se transformar em alferes – nome do cargo que ocupava na Guarda. Ele descreve seu ingresso no posto de alferes:

> [...] era pobre, e acabava de ser nomeado alferes da guarda nacional. Não imaginam o acontecimento que isto foi em nossa casa. Minha mãe ficou tão orgulhosa! tão contente! Chamava-me o seu alferes. Primos e tios, foi tudo uma alegria sincera e pura (Assis, 1882/2007a, p. 156).

O prestígio social gerado pela nomeação foi imediato:

> Na vila, note-se bem, houve alguns despeitados; choro e ranger de dentes, como na Escritura; e o motivo não foi outro senão que o posto tinha muitos candidatos e que esses perderam. Suponho também que uma parte do desgosto foi inteiramente gratuita: nasceu da simples distinção. Lembra-me de alguns rapazes, que se davam comigo, e passaram a olhar-me de revés, durante algum tempo. Em compensação, tive muitas pessoas que ficaram satisfeitas com a nomeação; e a prova é que todo o fardamento me foi dado por amigos (Assis, 1882/2007a, p. 156).

É importante lembrar que o uniforme e todo o enxoval exigido para o cargo era bastante caro. Ele precisou da ajuda dos amigos para adquirir todo o fardamento, o que demonstrava a situação de pobreza em que vivia. Após a nomeação, Joãozinho passou a ser chamado de *senhor alferes*. Todos à sua volta o olhavam com olhar de desejo e contentamento. Ao chegar ao sítio de sua tia, Joãozinho começa a ser envolvido por uma intensa trama discursiva identificatória. A rede de enunciados identificatórios em torno do alferes o leva a projetar em si a imagem que a teia/tela discursiva lhe fornece.

Ele cai na armadilha do espelho, peça que faz o eu recuperar o olhar do outro enquanto olha para a imagem de si. Curiosamente, a peça usada por Joãozinho conserva uma memória familiar que evoca distinção e reconhecimento social. O espelho que a tia instala no seu quarto é o emblema de uma formação oligárquica e colonial do Império em decadência:

> Era um espelho que lhe dera a madrinha, e que esta herdara da mãe, que o comprara a uma das fidalgas vindas em 1808 com a corte de D. João VI. Não sei o que havia nisso de verdade; era a tradição. O espelho estava naturalmente muito velho; mas via-se-lhe ainda o ouro, comido em parte pelo tempo, uns delfins esculpidos nos ângulos superiores da moldura, uns enfeites de madrepérola e outros caprichos do artista. Tudo velho, mas bom... (Assis, 1882/2007a, p. 157).

É nesse espelho que Joãozinho, capturado por uma nova representação de si, busca ancoragem para confirmar sua identidade. No entanto, era uma imagem que refletia o discurso do projeto identificatório, não quem ele era – um jovem pobre que dependia da confirmação da tia para ascender e ser reconhecido socialmente. Depois dessa experiência, ele, anos mais tarde, tornou-se Jacobina, "capitalista, astuto e cáustico". Passou de alferes, necessitado de aprovação e de garantia

de quem é, a explorador da mão de obra de pessoas iguais a quem ele era antes da farda de alferes da Guarda Nacional. Ele afirma:

> O certo é que todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação, que o natural sentimento da mocidade ajudou e completou. [...] O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade (pp. 157–158).

Antes da entrada na Guarda Nacional, ele não pertencia à elite aristocrática nem era trabalhador escravizado ou explorado. Estava, então, enquadrado na classe dos dependentes e agregados – aqueles que dependem dos favores da elite para garantir um mínimo para sua subsistência. Além disso, pessoas com uma renda elevada ocupavam os postos mais altos da Guarda, como coronéis, tenentes-coronéis, majores, capitães. Artesãos, pequenos comerciantes, indígenas e negros livres só podiam ocupar as patentes de alferes e tenentes.

Cabe ressaltar que o cidadão que decidisse concorrer às vagas para integrar a Guarda não precisava, necessariamente, abandonar sua profissão ou ocupação. Era muito comum que advogados, escrivães, comerciantes e proprietários de terra ingressassem nessa milícia. A Guarda se constituiu como uma forma paramilitar que garantia, sem a necessidade da burocracia do exército, o cumprimento das leis e o estabelecimento do *status quo* social. Além disso, era comum que os integrantes dessa milícia atuassem também junto aos grandes proprietários de terra, de forma a auxiliar na manutenção do domínio escravocrata ou para cobrar dívidas dos grandes credores, ou seja, apesar de ser uma instituição pública, era utilizada para garantir e assegurar o domínio do privado (Mugge, 2012).

Joãozinho, alferes, Jacobina: projeto parental e a trajetória social

O processo de transformação identitária de Joãozinho é notório – o indivíduo pobre, marcado por um conjunto de condições sociais, é cooptado pelos valores identitários de uma corporação (milícia) que serve à oligarquia escravocrata da época – ou seja, à elite – para, num terceiro momento, já identificado com a elite, se tornar capitalista. Uma ascensão social que, além de levar Joãozinho a negar sua origem, o colocou num lugar de explorar seus iguais. Mas é interessante observar que, ainda assim, Jacobina, já alojado na elite, parece não se integrar ao grupo social. Müggе e Saraiva (2020, p. 179) analisam que a sequência do conto nos demonstra, por um lado, "a perda da identidade, decorrente do processo da gradual reificação do indivíduo" e, por outro, "denuncia o deslumbramento do olhar, que colhe na malha social reflexos falaciosos, deixando-se conduzir pela aparência". Nesse conto, o espelho vai além do "reduto da imagem 'vazia' ou da especularização do 'homem-farda', pois usa a moldura que constitui a sociedade onde se forjam os índices de reconhecimento do valor dos indivíduos". O reflexo especular, que fornece a Joãozinho a imagem "salvadora" de um alferes, é resultado de um processo discursivo que atualiza as memórias identificatórias e os ideais de pertencimento da sociedade brasileira.

Lembremos que, no início do conto, Machado descreve Jacobina como "casmurro [...] provinciano, capitalista, inteligente, não sem instrução, e, ao que parece, astuto e cáustico" (Assis, 1882/2007a, p. 154). Sempre ocupando um lugar afastado, não era contado no grupo como alguém que participava ativamente da conversa: "Quatro ou cinco cavalheiros debatiam, uma noite [...]. Por que quatro ou cinco? Rigorosamente eram quatro os que falavam; mas, além deles, havia na sala um quinto personagem" (p. 154). Ele sempre comparecia às reuniões, mas sempre "calado, pensando, cochilando, cuja espórtula no debate não passava de um ou outro resmungo de aprovação" (p. 154).

Essa parece ser uma triste sina para quem enfrenta a ascensão social em processos em que ocorre uma identificação com o opressor e uma crença de que a imagem refletida no espelho é um objeto da realidade, não uma projeção social. As imagens, embora ancoradas nas memórias de uma sociedade, são sempre do âmbito do imaginário, das construções, da fantasia. Nunca refletem a totalidade nem a realidade. Além disso, a cisão com a própria história gera uma cisão interna. Essa cisão se aproxima do que Gaulejac (2014, p. 18) nomeia de *neurose de classe*, cuja característica principal "está no intricamento sistêmico entre conflitos sociais e psíquicos, que se apoiam uns nos outros, no sentido de um reforço mútuo".

Esses conflitos decorrem da falha nos ancoramentos do Eu, quando os espelhos emitem imagens contraditórias e fragmentadas, e revelam as contradições presentes no projeto parental. Segundo Gaulejac (2014), o projeto parental se mostra contraditório, especialmente no contexto das classes empobrecidas. Nesses contextos, o pertencimento familiar é construído, de forma paradoxal, sobre duas bases discursivas identificatórias: a tradição familiar e o projeto de ascensão. Essas bases podem ser descritas assim: (a) a tradição familiar fornece ao sujeito o contexto a partir do qual seu primeiro sistema de conhecimento e de crenças é construído, bem como seu repertório de ações. E, uma vez identificado com essa tradição, o sujeito se vê como seu herdeiro e transmissor, não podendo se afastar dela, sob o risco de ser tomado pelo sentimento de culpa por estar abandonando a própria família; (b) o projeto de ascensão fornece ao sujeito um ideal identificatório de superação das condições sociais em que vive. Esse projeto, quando executado, promove a inserção em outro contexto socioeconômico, algo que pode levar o sujeito a se afastar da tradição familiar.

Diante da impossibilidade de ser reconhecido na tradição familiar e de realizar o projeto parental, pois se mostra

contraditório – realizar o projeto requer negar a identificação parental –, a cisão pode acontecer. Aulagnier (1979) destaca, por exemplo, como a psicodinâmica de sujeitos psicóticos revela a profunda contradição entre a necessidade de se identificar com o discurso parental, que diz ser necessário se identificar com o discurso social, que, por sua vez, anula o parental. Esse processo de retroalimentação estabelece uma forma ambivalente e contraditória de se identificar; além disso, lança o sujeito em um profundo sofrimento.

Podemos localizar esses elementos destacados por Aulagnier e Gaulejac na vivência de Joãozinho. Quando ele não tinha mais os trabalhadores escravizados, nem a tia, nem os amigos nem a família para lhe afirmarem quem era, restou-lhe o espelho imperial. A imagem do alferes, imagem identificatória associada à elite, fez sucumbir o Joãozinho, de origem pobre, para a emergência posterior do Jacobina, capitalista e rico. Mas o preço foi caro – a cisão de si. Joãozinho parece permanecer ali – arredio, silencioso e incapaz de discutir – convivendo com o Jacobina, altivo, casmurro, que não aceita negociar seu ponto de vista. A recusa ao diálogo aponta para uma cisão que não aceita ser exposta, desnudada.

Bosi (2020, p. 99) afirma que a alma de Jacobina, ou sua autoimagem perdida, só será conquistada quando conseguir unificar em si

> a farda de alferes que o constitui como tipo. A farda é símbolo e é matéria do *status*. O eu, investido do papel, pode sobreviver; despojado, perde o pé, dispersa-se, esgarça-se, esfuma-se. Não tem forma, logo não tem unidade. Ter *status* é existir no mundo em estado sólido.

É um processo de cisão entre o si mesmo e a imagem refletida, seguido de uma impregnação da imagem de alferes que suplanta o Eu anterior. A imagem de si, como bem teorizou Lacan, necessita do olhar de confirmação do Outro, refletido nos olhares da alteridade. Em determinado momento, ao se ver carente desses olhares, a cisão do Eu possibilita a Joãozinho essa confirmação. Nesse sentido, Bosi (2020, p. 99) ressalta que

> o conto diz mais. Diz que não basta vestir a farda. É preciso que os outros a vejam e a reconheçam como farda. Que haja olhos para mirá-la e admirá-la. O *olhar dos outros: primeiro espelho*. Quando esse olhar faltou a Jacobina, quando se viu só na fazenda da tia de onde até os escravos desertaram, ele procurou o próprio olhar. O olhar que não sente a aura doce do olhar do semelhante vai à procura do espelho. O espelho dirá que o eu *parece* ser (grifos do autor).

Mas não bastava se olhar pelo espelho, era necessário estar vestido com as insígnias do reconhecimento social. No caso do personagem, a farda de alferes. A imagem especular e a máscara social são temas recorrentes na prosa machadiana e vêm, quase sempre, carregados de ironia. Muitas vezes, os personagens sucumbem à cisão e ao sofrimento psíquico e social. Um outro exemplo é o do personagem Rubião, do romance *Quincas Borba* (Assis, 1891/2016e). Após ascender socialmente com a herança de seu amigo, Rubião está supostamente apto a ingressar na elite fluminense. Entretanto, não é aceito como um igual, por mais que tente e adquira os hábitos e costumes aristocráticos. Ele acaba sucumbindo à loucura – seu Eu se divide radicalmente e Rubião acredita ser Napoleão. Nessa linha, Passos (2007, p. 43) analisa que

> O vigor da alma macerada pela dúvida, ou insuflada pelo arroubo da imagem pública, quase sempre arremata o fado desses protagonistas que pelejam consigo, fazendo do amor-próprio a companhia constante de um segundo eu, um que não raro é infiel e inimigo. O resultado é que todos eles [personagens machadianos] temem o espelho; e os que encontram conforto nele nos deixam intuir a ironia que se lhes impõe sob a máscara nem sempre confortadora de um autoengano engenhosamente sutil.

Machado denuncia que aquilo que está escondido por baixo da máscara social pode aparecer a qualquer momento. Diante dos ideais da beleza, da ordem e da higiene, que, a cada época, materializam-se em diferentes tipos de corpos, o passado e as origens podem ir na direção oposta do que é considerado aceitável e ameaçar a permanência na zona do reconhecimento. Os acordos coletivos de reconhecimento social e o investimento narcísico em nossa sociedade não abrangem todas as pessoas, e parece haver um acordo tácito de que certas classes ou grupos de pessoas nunca serão reconhecidas como sujeitos de desejo e de direitos sociais e estarão sempre subjugadas, pois há de se manter o *status quo* da desigualdade. Freud (1930/2021a) já denunciava isso em *Mal-estar na cultura,* quando ressalta que o medo de que as classes dominadas se revoltem faz com que sejam cada vez mais subjugadas. Diante disso, podemos compreender que, no processo de buscar reconhecimento, o sujeito marginalizado utilize diferentes formas de mascaramento.

Passos (2007) destaca como diversos protagonistas machadianos convivem com a constante ameaça de que "as sombras do passado surjam logo à frente e maculem seus planos de autonomia, disfarce ou satisfação" (p. 79). Nos romances, podemos observar esse fenômeno em Félix e Lívia, de *Ressurreição* (Assis, 1872/2016a); em Helena, do romance homônimo (Assis, 1876/2016c); e em Jorge e Estela, de *Iaiá Garcia* (Assis, 1878/2016d). Nesse processo de mascaramento e recalque do passado, os personagens vivenciam sofrimentos e perdas. Se partirmos da ideia de Gledson (2003) e Schwarz (2012a, 2012b), que entendem certos personagens machadianos como representantes do Brasil, podemos identificar elementos que atravessam e estruturam os discursos identificatórios em uma espécie de matriz identificatória brasileira, reatualizada constantemente em nossa memória discursiva. Essa matriz reatualiza um saber discursivo que torna possível o reaparecimento

e a reatualização dos enunciados que ancoram os processos identificatórios. É um já-dito que retorna sob a forma de um pré-construído (Orlandi, 1999), que sustenta o dizível e faz esquecer o indizível.

Nessa matriz, a cisão (e paradoxalmente a coexistência) entre modernidade e feudalismo, senhores e escravos, brancos e negros, elite e classe trabalhadora parece ser algo permanente. A busca por aceitação, por parte dos dependentes e trabalhadores explorados, e a idealização dos hábitos e costumes das elites são elementos marcantes nos processos identitários. A busca pelo reconhecimento que nunca chega pode ser observada nos movimentos de ascensão social de diversos grupos marginalizados. Souza (1983/2021) destaca como nossa matriz é estruturada a partir dos ideais da branquitude e como atingir esse ideal é impossível ao sujeito negro, gerando sofrimento psíquico e social.

Considerações Finais

A literatura que se faz a partir da margem é uma literatura que questiona o estabelecido – tanto no fazer literário quanto na própria sociedade (Lima, 2024). É aquela que, ao escapar do comum, retira o leitor de um lugar de conforto. Não é uma literatura meramente para entretenimento. Santiago (1978/2019) ressalta que essa literatura, "em lugar de tranquilizar o leitor, de garantir seu lugar de cliente pagante na sociedade burguesa, o desperta, transforma-o, radicaliza-o e serve finalmente para acelerar o processo de expressão da própria experiência" (p. 21). É uma forma de escrita que mostra o avesso da hegemonia e do mundo de aparências da burguesia. Somado a isso, estabelece uma ligação com a história dos vencidos e com aquilo que a memória coletiva estabeleceu como verdade., bem como trabalha com os elementos de uma memória do subterrâneo (Pollak, 1989). É o que Machado faz em sua escrita, de forma velada e irônica – desvelando a hegemonia e as relações de poder que subjugam aqueles que estão à margem.

Chalhoub (2003) destaca como, no mundo construído pelo paternalismo, "a medida do sujeito são as relações pessoais nas quais está inserido. Não existe lugar social fora das formas instituídas – formalmente, mas também pelo costume – de hierarquia, autoridade e dependência" (p. 60). Nessa lógica de funcionamento social do Segundo Império, que ainda tem semelhanças com nosso funcionamento atual, "os sujeitos do poder senhorial concedem, controlam uma espécie de *economia de favores*, nunca cedem a pressões ou reconhecem direitos adquiridos em lutas sociais. Fora dos referenciais da verticalidade, haveria apenas pulverização, átomos sem existência social" (p. 60). Assim, sujeitos como Joãozinho, se não aderirem à lógica dominante de exploração e não se submeterem ao poder estabelecido, são deixados à margem. Apesar de a ideologia da meritocracia preconizar o esforço e o trabalho como formas de ascensão social, Joãozinho somente conseguiu certo reconhecimento social e acesso às suas benesses via apadrinhamento e adesão à corporação militar e à lógica de exploração capitalista. Não houve questionamento nem crítica, não houve mudança. Apenas repetição.

Os efeitos do poder discursivo hegemônico nem sempre são evidentes e facilmente nomeados. Eles permeiam as práticas sociais cotidianas, estruturam as identificações e coagem silenciosamente os sujeitos a se submeterem. Van Dijk (2008, p. 89) ressalta que o discurso se assemelha "a outros recursos sociais valorizados que constituem a base do poder e cujo acesso é distribuído de forma desigual". Dito de outro modo, são nossas elites simbólicas que têm acesso e retêm certo poder "sobre os meios de circulação, difusão e reprodução discursiva, e estabelecem agendas específicas sobre gêneros, estilos e representações discursivas", afirmam Lima e Lima (2020, p. 12). Em decorrência disso, os autores ressaltam que são essas mesmas elites que incorporam e encarnam os ideais sociais identificatórios disponíveis. Como são "socialmente valorizados e desejados, são esses os [ideais identificatórios] que irão substituir os ideais parentais" (p. 12).

Diante disso, as práticas da Psicologia e da Psicanálise necessitam ser ético-politicamente comprometidas com a escuta desses sujeitos que se encontram à margem, além de servirem de canais para denúncia e resistência aos discursos excludentes. É necessária, portanto, uma atuação nos microssistemas – comprometida com o sofrimento sociopsíquico – mas também no macrossistema. Isso implica direcionar nossa prática para a denúncia e a construção de discursos de resistência que tragam, para o centro do nosso campo de atuação e da produção de conhecimento, a discussão acerca das estruturas sociais que ainda imperam e produzem exclusão. Löwy (2005, p. 109) afirma que "não há luta pelo futuro sem memória do passado". Um futuro libertário só é possível quando as vozes silenciadas se fazem ecoar novamente. Se a modernidade colonialista e nossa estrutura social se fundaram em um estatuto do esquecimento, é necessário restaurar um estatuto da lembrança. Para além do enfoque na singularidade dos sofrimentos das pessoas, é necessário também nos ater às estruturas sociais que geram sofrimento psíquico e social. Nessa esteira, enfatizamos que a escuta do sofrimento psíquico necessita ser também uma escuta do sofrimento social.

Referências

Almeida, A. J. (2001). Uniformes da Guarda Nacional: A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. *Anais do Museu Paulista, 8-9*(1), 77-147. https://doi.org/10.1590/S0101-47142001000100004

Almeida, M. P., Lima, P. M. R., & Roure, S. A. (2020). A escuta de sujeitos surdos na clínica psicanalítica. *Analytica: Revista de Psicanálise, 9*(17), 1-23.

Assis, M. (2007a). O espelho. In J. Gledson (Org.), *50 contos de Machado de Assis* (pp. 154-162). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1882).

Assis, M. (2016a). Ressurreição. In M. Assis, *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis* (Vol. 1, pp. 10-120). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1872).

Assis, M. (2016b). A mão e a luva. In M. Assis, *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis* (Vol. 1, pp. 121-221). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1874).

Assis, M. (2016c). Helena. In M. Assis, *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis* (Vol. 1, pp. 223-383). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1876).

Assis, M. (2016d). Iaiá Garcia. In M. Assis, *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis* (Vol. 1, pp. 387-543). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1878).

Assis, M. (2016e). Quincas Borba. In M. Assis, *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis* (Vol. 2, pp. 207-440). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1891).

Assis, M. (2016f). Dom Casmurro. In M. Assis, *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis* (Vol. 2, pp. 441-638). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1899).

Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação.* Imago.

Borges, J. L. (2000). O livro de areia. In J. Borges, *Obras completas de Jorge Luís Borges* (Vol. 3, pp. 9-15). Globo. (Obra original publicada em 1975).

Bosi, A. (2006). *Brás Cubas em três versões.* Companhia das Letras.

Bosi, A. (2020). *Machado de Assis: O enigma do olhar* (5a ed.). Martins Fontes.

Candido, A. (2017). *Vários escritos* (6a ed.). Ouro sobre Azul.

Chalhoub, S. (2003). *Machado de Assis, historiador.* Companhia das Letras.

Costa, J. F. (2005). *O vestígio e a aura.* Garamond.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social.* UnB.

Faoro, R. (2001). *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio* (4a ed.). Globo.

Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In P. Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 12, pp. 13-50). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914).

Freud, S. (2021a). Mal-estar na cultura. In G. Iannini & P. Heliodoro (Orgs.), *Obras incompletas de Sigmund Freud* (pp. 305-410). Autêntica. (Obra original publicada em 1930).

Freud, S. (2021b). Psicologia das massas e análise do Eu. In P. Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 15, pp. 13-113). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1921).

Gaulejac, V. (2001). A gênese social dos conflitos psíquicos. *Cronos*, *2*(1), 109-115.

Gaulejac, V. (2014). *Neurose de classe.* Via Lettera.

Gledson, J. (1991). *Machado de Assis: Impostura e realismo.* Companhia das Letras.

Gledson, J. (2003). *Machado de Assis: Ficção e história* (2a ed.). Paz e Terra.

Gledson, J. (2007). Nota de rodapé. In M. Assis, *50 contos de Machado de Assis* (p. 156). Companhia das Letras.

Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte.* Escuta.

Iannini, G., & Tavares, P. (2021). Apresentação. In G. Iannini & P. Heliodoro (Orgs.), Obras incompletas de Sigmund Freud: Cultura, sociedade e religião (pp. 7-32). Autêntica.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação.* Cobogó.

Kupermann, D. (2003). *Ousar rir.* Civilização Brasileira.

Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 96-103). Zahar. (Obra original publicada em 1949).

Lima, P. (2024). Lima Barreto e a cidade pelo avesso: Por uma educação libertária. *Revista Literatura em Debate, 19*(34), 169-191.

Lima, P., & Lima, S. (2020). Psicanálise crítica: A escuta do sofrimento psíquico e suas implicações sociopolíticas. *Psicologia: Ciência e Profissão, 40*, e190256, 1-15.

Lima, S., Lima, P., & Coroa, M. L. (2016). Identidade de velhos: Modos de identificação e discursos de resistência na velhice. *Domínios de Lingu@gem, 10*(3), 903-926.

Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: Aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história".* (W. Brant, J. Gagnebin, & M. Müller, Trads.). Boitempo.

Magalhães, I. (2006). Discurso, ética e identidade de gênero. In I. Magalhães, M. J. Coracini, & M. Grigoletto (Orgs.), *Práticas identitárias* (pp. 71-96). Clara Luz.

Mugge, M. H. (2012). "Gostaria de se tornar Tenente": oficiais da Guarda Nacional – um perfil socioeconômico no Brasil Meridional. *História Unisinos, 16*(3), 307-319.

Müggе, E., & Saraiva, J. A. (2020). "O espelho", de Machado de Assis: fendas entre a realidade e aparência. In J. A. Saraiva & R. Zilberman (Orgs.), *Machado de Assis: Intérprete da sociedade brasileira* (pp. 175-184). Zouk.

Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente.* Perspectiva.

Orlandi, E. P. (1999). *Análise do discurso: Princípios e procedimentos.* Pontes.

Passos, J. L. (2007). *Machado de Assis: O romance com pessoas*. Edusp.

Poe, E. A. (2017). William Wilson. In E. A. Poe, *Histórias extraordinárias* (pp. 339-368). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1834).

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, *2*(3), 3-15.

Ricœur, P. (2010). *Tempo e narrativa: A intriga e a narrativa histórica* (Vol. 1; C. Berliner, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1983).

Rivera, T. (2003). O Outro ou o Outro. *Psychê*, II(12), 47-64.

Rosa, G. (2005). O espelho. In *G. Rosa, Primeiras estórias* (pp. 113-120). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1962).

Santiago, S. (2019). *Uma literatura dos trópicos*. Cepe. (Obra original publicada em 1978).

Schwarz, R. (2012a). *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* (6a ed). Duas Cidades/Editora 34.

Schwarz, R. (2012b). *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis* (5a ed). Duas Cidades/Editora 34.

Solé, M. C. (2005). *O sujeito surdo e a psicanálise*. EdUFRGS.

Souza, N. (2021). *Tornar-se negro.* Zahar. (Obra original publicada em 1983)

Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna* (9a ed.). Vozes.

Van Dijk, T. A. (2008). *Discurso e poder.* Contexto.

Violante, M. (2000). A perversidade da exclusão social. In D. Levisky (Org.), *Adolescência e violência* (pp. 63-75). Casa do Psicólogo.

Contribuição dos Autores

Lima, P. M. R.: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita – redação do rascunho original.
Lima, S. C.: Conceituação, Supervisão, Escrita – revisão e edição.

Fonte de Financiamento

Este trabalho não contou com suporte financeiro ou financiamento específico de agências de fomento.

Conflito de Interesses

Os autores informaram que não há conflito de interesses.

Direitos Autorais

Os autores detêm os direitos autorais relativos ao artigo e concedem à Revista Subjetividades o direito de primeira publicação. O trabalho é publicado em Acesso Aberto (*Open Access*) sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 (CC BY-NC 4.0).

Uso de Inteligência Artificial

Os autores declaram que não foi utilizado nenhum recurso de Inteligência Artificial na elaboração deste artigo.

Verificação de Similaridade

A Revista Subjetividades mantém a prática de submeter todos os artigos aprovados para publicação à verificação de similaridade pelo software *iThenticate* da *Turnitin*, através do serviço *Similarity Check* da *Crossref.*

Disponibilidade de Dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo poderá ser disponibilizado mediante solicitação.

Revisão por Pares

Este conteúdo foi avaliado conforme o processo de revisão por pares duplo-cego (*double-blind peer review*). A divulgação das informações dos pareceristas e do Relatório de Revisão por Pares (*Peer Review Report*) é feita somente após a conclusão do processo avaliativo e com o consentimento voluntário dos respectivos pareceristas e autores.

Editora-chefe Responsável

Regina Heloisa Maciel
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0003-2933-7021

Editores Associados

Kaline da Silva Lima
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0001-6127-5815

Leônia Cavalcante Teixeira
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-4997-5349

Lucas Guimarães Bloc
Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil
https://orcid.org/0000-0002-8528-131X